

Propostas para uma Cidadania Comunicativa Prática: o legado de Ismar Capistrano no GP Comunicação para a Cidadania¹

Marcello Monteiro Gabbay²

Suelen de Aguiar Silva³

Universidade São Judas Tadeu – U SJT

Universidade Estácio de Sá – Unesa

Resumo

No presente texto, pretendemos reunir de forma analítica o legado do professor e pesquisador Ismar Capistrano em seus diversos textos apresentados ao longo dos últimos 15 anos neste GP, compreendendo sua primeira colaboração, em 2008 até sua última em 2022, com uma consolidação do conceito de *cidadania comunicativa*. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica crítica, com a leitura e categorização analítica, de todo material apresentado pelo autor no GP Comunicação para a Cidadania. O objetivo é iniciar um esforço de sistematização de tais colaborações para o futuro dos estudos em comunicação e cidadania, por ocasião do falecimento do autor. Como resultado, encontramos um esforço teórico e prático na construção da ideia de *cidadania comunicativa* por meio do direito efetivo à participação social.

Palavras-chave

Cidadania comunicativa; Ismar Capistrano; *praxis* comunicativa; participação social; comunicação comunitária.

1. Início, meio e fim de uma geração:

Ismar Capistrano Costa Filho nasceu na cidade de Quixadá, no coração do sertão cearense, em 17 de maio de 1973, e começou sua formação na Universidade Federal do Ceará em 1992. Desde então, esteve, como professor, comunicador e pesquisador, no Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais, e entre os zapatistas no México, tendo retornado à Quixadá no final de sua trajetória, onde hoje está sepultado.

Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pela UFC em 1995, Ismar fez Especialização em Docência no Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes, Mestrado em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Doutorado em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ele também atuou junto às rádios comunitárias do Ceará, tendo sido coordenado da Abraço-CE; e desde 2016, lecionava no Curso de Jornalismo da UFC, após ser

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Professor na Universidade São Judas Tadeu (SP). E-mail: marcellogabbay@uol.com.br.

³ Doutora em Comunicação pela UMEP. Professora na Universidade Estácio de Sá (RJ). E-mail: susuaguiar@yahoo.com.br.

aprovado em concurso no setor de Estudos de Gestão e Empreendedorismo em Comunicação e Jornalismo.

Em 2015, Ismar passou um semestre em Chiapas, no México, para investigar, como parte de seu doutoramento, as rádios zapatistas. Sua relação com esse território foi transformadora, e ele esteve lá por mais sete vezes, além de ter publicado um livro de relatos, “Latinidades: Viver e amar a América Latina” (Semim Edições, 2019).

Em 2009, Ismar Capistrano aparece pela primeira vez no GP Comunicação para a Cidadania, na edição nacional da Universidade Positivo de Curitiba, com o texto “A Assessoria de Comunicação como mediadora da Esfera Pública”. Um ano antes, na edição da Intercom na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Ismar havia apresentado o texto “A recepção da Rádio Favela pela Internet” no antigo Núcleo de Pesquisa de Rádio. Daí em diante, foram 14 textos apresentados nos Congressos nacionais da Intercom, sendo 8 para o GP Comunicação para a Cidadania e 6 para o GP Rádio e Mídias Sonoras. A participação de Ismar na nova fase do GP Comunicação para a Cidadania, que se origina de tempos em que o Grupo tratava da Comunicação Comunitária, foi determinante, ajudando a formar um grupo recorrente e fundador na atualização temática do Grupo, com nomes como Bruno Fuser (UFJF), Rozinal Miani (UEL), Juciano Lacerda (UFRN), Pablo Nabarrete Bastos (UFF), Denise Teresinha da Silva, Claudia Lahni (UFJF) e Lucas Milhomens (UFAM). Estes, entre outros colaboradores, ajudaram a atualizar o pensamento sobre as várias formas da comunicação popular, alternativa e comunitária, no campo da contra-hegemonia e das possibilidades de contradiccurso no mundo posterior à disseminação da Internet.

A geração das últimas duas décadas é continuadora da geração fundadora do GP, cujo marco é a criação do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação e Cultura Popular em 1990, coordenado então pela professora Cicília Peruzzo; e que, a partir de reclivagem realizada pela Intercom, tornou-se o Núcleo de Pesquisa (NP) Comunicação para a Cidadania, em 2001, permanecendo com essa característica até a nova reclivagem de 2008, quando finalmente se formou o Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania. De lá para cá, a geração que fundou o grupo contou com Raquel Paiva, Alexandre Barbalho, Bruno Fuser, dentre outros colegas que registraram seu trabalho em publicações coletivas por eles organizadas.

Dentre as várias frentes de pensamento formadas no Grupo, a da *cidadania comunicativa* é aquela que mais frequentemente foi defendida por Ismar Capistrano. Para

ele, a conquista da *cidadania comunicativa* parte da premissa da participação social efetiva na formação e circulação de discursos e ocupações dos espaços comunicativos. Em seu percurso argumentativo, o autor apresenta as contribuições das abordagens política, sociológica, psicológica, ética e econômica da participação, analisando-a a partir de três dimensões dialeticamente articuladas: inclusão social, interação e partilha de poder. Ao final de suas reflexões, Ismar Capistrano conclui que a participação efetiva equivale à conquista da cidadania já que não se resume a ritos, mas deve ser entendida como um processo da ampliação de direitos e da democratização das sociedades.

Ainda sob o espanto da precoce morte de Ismar, este artigo tem como objetivo organizar um apanhado de sua contribuição ao longo dos últimos 14 anos do GP Comunicação para a Cidadania, a partir de uma revisão de sua bibliografia no Grupo, considerando seus textos publicados na Intercom. A análise crítica foi realizada com base na leitura e catalogação do material.

2. Metodologia:

A metodologia adotada se construiu naturalmente na leitura crítica de toda a produção de Ismar Capistrano Costa Filho para o GP Comunicação para a Cidadania ao longo dos últimos 14 anos, compreendendo os textos apresentados neste Grupo de Pesquisa em caráter preferencial, mas também os 6 textos apresentados no Congresso Nacional da Intercom no Grupo de Rádio e Mídias Sonoras, em caráter secundário.

Tabela 1: produção de Ismar Capistrano Filho nos Congressos Nacionais da Intercom.

Ano	GP	Título
2008	NP Rádio	A recepção da Rádio Favela pela Internet
2009	Com. para a Cidadania	A Assessoria de Comunicação como mediadora da Esfera Pública
2010	Rádio e Mídias Sonoras	Rádio Insurgente: a construção da esfera pública alternativa na Internet
2012	Rádio e Mídias Sonoras	De Rádio Favela à Autêntica FM: o percurso do morro ao asfalto
2013	Com. para a Cidadania	Dos vídeos populares da Tv Janela aos eventos culturais: o percurso da autoimagem à estima social no comunicacional
2014	Rádio e Mídias Sonoras	Rádio Rebelde Zapatista: endereçamentos de articulações e autonomia
2015	Com. para a Cidadania	Lógicas de Resistência das Rádios Comunitárias: as institucionalidades da emissora mexicana <i>Frecuencia Libre</i>
2016	Rádio e Mídias Sonoras	Frecuencia Libre: luta pela liberdade de expressão e autonomia
2017	Com. para a Cidadania	Sentidos da Autonomia Comunicativa da Radio Rebelde Zapatista

2018	Rádio e Mídias Sonoras	Rádios comunitárias, Cidadania Comunicativa e Autonomia Comunicativa: lutas pelo direito à comunicação
2019	Com. para a Cidadania	Os Direitos do Receptor-Usuário na Cidadania Comunicativa
2020	Com. para a Cidadania	A Participação Social na Cidadania Comunicativa
2021	Com. para a Cidadania	Educação libertadora para os meios: apropriações para a crítica e o diálogo
2022	Com. para a Cidadania	Plataformas digitais, algoritmos e cidadania comunicativa: o direito à comunicação na internet

3. Propostas para uma *Cidadania Comunicativa*:

Em seu primeiro texto para o GP Comunicação para a Cidadania, de 2008, Ismar avalia as rotinas da assessoria de comunicação da Câmara Municipal de Quixadá, sua cidade natal, e como os veículos jornalísticos do órgão atraem não apenas a atenção da população, mas despertam a sensação de possibilidade de diálogo com o poder público, uma vez que, na forma como são produzidos abrem um espaço comunicacional na esfera pública. Mas Ismar e sua co-autora, Amanda Capistrano, recorrem à visão de John Downing (2001) para atualizar a ideia de esfera pública no campo das lutas contra-hegemônicas em espaços e linguagens alternativos, onde a participação popular pode assumir uma forma mais radical e prática. Nesse novo contexto, eles entendem que a comunicação oficial da Câmara de Quixadá colaborou para a ampliação da esfera pública mais participativa ao atrair a fala de movimentos sociais para dentro do espaço institucional, provocando embates e colaborações.

Neste cenário, apropriando-se das palavras de um professor de história local, os autores sugerem que as mídias da Câmara de Quixadá atuam como “a caixa de ressonância das discussões relacionadas à cidade”, e que “o fortalecimento da esfera pública pressupõe a consolidação da participação democrática” (COSTA FILHO e CAPISTRANO, 2009, p. 14). No fim deste trabalho ainda embrionário, a comunicação midiática da instituição governamental parece assumir o papel de mediadora entre o Estado e os movimentos populares, e mesmo entre Estado e cidadão (idem, p. 15).

Em seu segundo texto para o Grupo, em 2013, Ismar Capistrano aborda a questão da estigmatização social e cultural das populações periferizadas, tendo como exemplo a localidade do Pantanal, na periferia de Fortaleza. A estigmatização cultural é tratada como um prejuízo social para a comunidade, acrescentando-a ao mal causado pela precarização e à carência de direitos fundamentais; como se a cidadania tivesse no campo da representação cultural um ponto igualmente determinante para sua realização. Para

resolver o problema, Ismar sugere duas frentes: a compreensão das práticas de comunicação popular e comunitária dos grupos contra-hegemônicos, excluídos da produção midiática massiva, que se reapropriam das mídias com usos, valores e objetivos diversos; e a construção da imagem de um bairro periférico pelos próprios moradores, podendo promover estima social, organização político-cultural e distribuição de renda (COSTA FILHO, 2013, p. 2).

Com base no trabalho de Axel Honneth, Ismar entende o reconhecimento cultural como o estabelecimento de “novas gramáticas morais” de caráter mútuo. E por meio de Aspen Brinton, Ismar entende que a distribuição meramente jurídica de reconhecimento não sustenta a complexidade do tecido sociocultural, mas que as associações coletivas são, estas sim, capazes de construir o reconhecimento com base em objetivos em comum, e em uma “uma energia de subversão amorfa” baseada em relações de amizade e identificação (idem, p. 4). Por outro lado, o desrespeito dos direitos e da dignidade podem motivar organizações populares que promovam novas formas de manifestação, sejam elas baseadas na necessidade de acesso econômico a bens de consumo ou no estabelecimento de novas gramáticas morais. O pano de fundo é a luta por inclusão simbólica e prática.

Para materializar seu pensamento em formação, Ismar avalia iniciativas de audiovisual comunitário na região periférica de Fortaleza no início dos anos 2000. São ações populares voltadas a ressignificar positivamente a paisagem, o cotidiano e a cultura ali vividos, como uma forma de estabelecer um contra-discurso fundado nos interesses locais e com os modos de dizer ali disponíveis (idem, p. 7-9). Existe, para ele, uma “criatividade expressiva” voltada à construção de novas identidades sociais a partir do audiovisual. Esse era o momento de grande interesse pela reedição do livro “Dos Meios às Mediações”, de Jesús Martín-Barbero, pela Editora da UFRJ em 2003, e do lançamento do “Mídia Radical” de John Downing, pela Editora Senac, em 2001; e buscar formas de expressão popular mais “radicais” e fundadas nas práticas comunicativas do cotidiano estava em pauta no meio do nosso GP. Foi a época em que o Teatro do Oprimido de Augusto Boal voltou ao foco do pensamento contra-hegemônico, assim como a cena do funk e do hip hop no Rio de Janeiro e São Paulo, e do brega no Pará e no Pernambuco.

Assim como aponta Ismar aqui, a “mídia radical” é feita com as ferramentas e modos de expressão existentes na *praxis* popular, ainda que acabe interagindo com as tecnologias mais atuais do fazer audiovisual, radiofônico, impresso, musical, etc.

Em 2015, tocado pelo seu contato com os movimentos de comunicação popular em Chiapas, no México, Ismar Capistrano apresenta uma avaliação sobre as lógicas de resistência na emissora Frecuencia Libre, de San Cristóbal de Las Casas. Tomando a ideia de “institucionalidade” de Martín-Barbero como parâmetro mediador do mercado na matriz de mediações socioculturais, Ismar entende que, no contexto de carência material e econômica das rádios comunitárias, onde se vive na ausência de regulamentação, de trabalho profissionalizado e de recursos econômicos, as institucionalidades se constituem sob a lógica da resistência.

As rádios zapatistas do México são, para o autor, a materialização da ideia de “mídia radical”, sendo consideradas como precursoras do ciberativismo no início dos anos 2000. Elas se dedicam a propagar conteúdo sobre a luta por autonomia política de sociedades indígenas da região de Chiapas, desde seu levante em 1994, tendo a comunicação alternativa como principal mediadora.

A ideia central aqui é a de que o direito fundamental à comunicação radiofônica para comunidades tradicionais e povos originários necessita de uma forma jurídica que realmente garanta sua existência, não devendo depender de autorização estatal, que, como no Brasil, tem poder de confisco de equipamentos. A realidade mexicana toca a nossa quando percebemos que a radiodifusão de povos originários é amputada pela própria legislação, restringindo seu alcance e possibilidades de financiamento. No final, Ismar reivindica uma ordem inteiramente nova para se tratar e possibilitar a existência de rádios comunitárias fora da perspectiva estritamente estatal ou mercantil.

Em 2017, em seu artigo sobre a Radio Rebelde Zapatista, criada em 2006, e localizada em San Cristóbal de Las Casas, no Estado de Chiapas, no México, Ismar toca no conceito de “autonomia comunicativa”, entendido como a “a autogestão, autodefinição e autodisposição no trânsito do meio” (COSTA FILHO, 2017, p. 1). Para ele, a autonomia se dá, de forma radical, não apenas em sua estrutura social e econômica, mas nas formas de produção do discurso e do vínculo, que se fazem sob as matrizes de sentido daquele lugar. No artigo, Ismar apresenta as matrizes culturais que permeiam a produção da Radio Rebelde a partir dos endereçamentos da programação da emissora; e as competências de recepção a partir da perspectiva do operador conceitual dos sentidos culturais dos mundos possíveis. O resultado é a proposta de um “Outro Mundo Possível” com base em uma “autonomia comunicativa” (idem, p. 3).

As matrizes culturais que fundam a existência da Radio Rebelde podem ser entendidas sob duas frentes: a simbólico-dramática, de base religiosa e espiritual; e a racional-iluminista, de base marxista e anarquista, formada no contexto mais contemporâneo daquele lugar. Nesse cenário, a perspectiva dramática, em idiomas originários, como o tsotsil e o tseltal, os contos e contações de histórias, se misturam a um cancionário revolucionário e pautas politizadas. Já nas experiências de escuta, Ismar destaca, em seu trabalho de campo, a percepção da rádio como a via para “um outro mundo possível” e para a ideia de “autonomia” como ânimo para a vida (idem, p. 14).

Foi no Congresso de 2019, em Belém, que Ismar chegou finalmente à sua proposta de *cidadania comunicativa*, construída com base em todo seu percurso sobre a radicalidade das rádios zapatistas e dos interiores em que andou pelo Nordeste do Brasil. Se a *cidadania comunicativa* se define pela tomada de consciência e exercício prático do direito à comunicação, isso só de dará se os sujeitos desta garantia foram os próprios receptores-usuários (COSTA FILHO, 2019, p. 1). Este pensamento retoma uma ideia mais ampla de política pública para o direito à comunicação, onde o receptor é ativo nas tomadas de decisão, no conhecimento técnico e sociológico sobre as mídias e na leitura crítica. A formação de um público crítico foi a base deste Grupo de Pesquisa em razão da participação de vários de nossos membros fundadores nos movimentos de Educação para as Mídias e Leitura Crítica nos anos 1990, como Raquel Paiva, Cicília Peruzzo, Denise Cogo, dentre outros. É o momento também em que o nosso Grupo se enraiza na pauta da cidadania, face ao surgimento iminente de um grupo novo sobre as teorias marxistas, o que reforça a necessidade de se ampliar aqui as perspectivas da cidadania para além do escopo da teoria do materialismo histórico rumo a outras perspectivas teóricas e cosmológicas possíveis.

Ismar recupera neste texto o conceito de cidadania reposicionando-se também como um autor deste campo. Seu interesse pela cultura zapatista e sua própria formação pessoal no Ceará parecem contribuir para uma visão ampliada da cidadania como direito à perspectivas cosmológicas e sociais mais amplas.

Por detrás de sua reivindicação por um protagonismo do receptor, está a reivindicação pela existência de novas ordens comunicativas no espectro midiático e no cotidiano das sociedades, em uma “lógica de tolerância, de negociação e de diálogo” (idem, p. 2). Com base no texto de Laura Wottrich sobre o tema, Ismar reconhece que o

receptor deve atuar ativamente em todas as dimensões da *cidadania comunicativa*, quais sejam o reconhecimento social, o exercício prático e formalização institucional.

Por outro lado, Ismar reconhece a existência de novas burocracias técnicas no mundo digital, baseadas em programações algorítmicas que encapsulam usuários sem poder de visibilidade na Internet, criando um precariado digital. Trata-se de ampliar termos como “acesso” e “apropriação” para além da retórica que os esvaziou no mercado. O acesso aos meios de leitura e produção de conteúdos e a apropriação dos meios e discursos como dinâmica complexa, contraditória e potencialmente afirmativa só existirão de fato em um contexto de letramento digital e de leitura crítica.

A apropriação dos meios e discursos deve ser capaz de modificar os sujeitos, modos de operação, modos do discurso e a própria cultural material em que está inserida a comunicação. Daí, chega-se à ideia de participação efetiva dos receptores no jogo comunicacional. A *cidadania comunicativa* requer participação, propiciando uma “inventividade criativa do receptor-usuário na construção de sentidos” (idem, p. 8-10).

Ismar, no fim, reposiciona os temas “apropriação” e “resistência” condicionados a uma radicalidade prática da cidadania. Participar de fato, e não apenas interagir. Apropriar-se de fato, e não apenas reproduzir. E define a *cidadania comunicativa* de forma mais incisiva.

A legitimação do direito à comunicação que transcende a conquista de leis para garantir a participação social nas mídias. Regular extrapola a regulamentação porque, além das garantias legais, deve incluir políticas públicas e investimentos para a promoção da pluralidade e diversidade na comunicação. Para isso, é imprescindível fomentar o acesso pleno dos receptores-usuários, o letramento digital e a leitura crítica dos meios e a participação nas mensagens, produção, gestão e planejamento (COSTA FILHO, 2019, p. 12).

No Congresso de 2020, em formato remoto por conta da pandemia da Covid-19, Ismar apresentou uma continuidade de seu texto sobre a *cidadania comunicativa* e a participação social efetiva. Para afinar mais o tema, o autor apresenta três dimensões da participação: a inclusão social, a interação dialógica, e a partilha de poder. Todas estas dimensões devem ser favorecidas no campo das políticas públicas de regulação das mídias, da educação para as mídias e do fortalecimento do campo da comunicação popular, comunitária e alternativa.

Mais uma vez, Ismar se empenha em diferenciar a participação social efetiva do conceito de interação digital, e mesmo de uma ideia de interação pró-ativa. Para ele, a

participação implica tanto um reconhecimento jurídico do direito à comunicação, como um reconhecimento social deste direito, que se realiza como uma espécie de solidariedade prática, promotora de ações conjuntas eticamente fundadas para a inclusão do outro. Além disso, “participação representa a partilha de poder para incluir os excluídos socialmente” (COSTA FILHO, 2020, p.11). Trata-se, no fim, de uma questão de visibilidade, pois “ser reconhecido socialmente significa ter o direito de ser visto de forma equânime. A invisibilidade, por outro lado, é uma das formas mais graves de exclusão social” (idem, p. 6). Participar é estar visível e assim poder construir laços no campo da diversidade. E a cidadania é a possibilidade prática de formação de grupos neste mesmo campo da diversidade, sem a ameaça de aniquilamento, seja por parte da estrutura social, seja pelas disputas de poder. E as plataformas de comunicação comunitária são o espaço ideal para o exercício do pertencimento social no campo da diversidade, daí a defesa de uma cidadania pelo viés da comunicação. E contra os riscos de fechamento comunitário – que sempre assombraram a história de nosso campo – Ismar propõe a ampliação dos espaços de construção de vínculos na comunicação pública, repolitizando, assim, a discussão sobre *cidadania comunicativa* (idem, p. 7-8).

Mas mesmo reposicionando o debate político-institucional sobre a comunicação, Ismar ainda segura a radicalidade prática da cidadania comunicativa:

Ser incluído significa também ter acesso ao conhecimento produzido socialmente e contribuir com essa produção. Somente com a compreensão da realidade social e das garantias individuais e coletivas, é possível exercer a cidadania participativa que exige, para isso, processos educativos horizontais. A educação é concebida, nesta abordagem, como o respeito aos múltiplos saberes e à contextualização do conhecimento, ligando a palavra à ação (COSTA FILHO, 2020, p. 8).

De todo modo, trata-se também de reposicionar o próprio debate político em um campo mais prático e realmente engajado na distribuição de poderes, pois o direito à comunicação deve garantir a inclusão e a diversidade, e isso só será possível no contexto de uma *praxis* radical.

Em seu texto de 2021, Ismar amplia o tema da *cidadania comunicativa* associando-o à proposta de uma “educação libertadora para os meios”. Se a *cidadania comunicativa* se dá por meio da apropriação participativa como forma de resistência prática, esta só será possível com base em uma proposta de educação crítica.

A proposta para viabilizar a apropriação dos meios de produção e circulação da comunicação retoma os princípios pedagógicos de Paulo Freire, visando à multiplicidade

dos saberes, à horizontalidade das relações e à comunicação dialógica (COSTA FILHO, 2021, p. 1; 4), pois a *cidadania comunicativa* “não se resume a aspectos culturais e jurídicos. A inclusão nas tomadas de decisão sobre a vida coletiva e a distribuição dos recursos materiais e cognitivos é o que possibilita a legitimidade desta isonomia legal e pertencimento social” (idem, p. 2). Assim, a ideia de que os saberes diversos não seguem uma ordem hierárquica, mas sim horizontal, é a base do reconhecimento da cidadania como processo complexo e além do campo jurídico estrito, compreendendo o ser humano como ente inacabado e dialógico (idem, p. 4-5).

Em seu penúltimo trabalho sobre o tema da *cidadania comunicativa*, Ismar retoma o Ceará como campo de estudo por meio de seu projeto de extensão universitária de apoio à Comunicação Alternativa, Cidadã e Comunitária (Cacco), que trabalhou na mediação entre comunicadores comunitários, estudantes e pesquisadores na compreensão tanto das realidades locais e sua interferência no modo de operação da comunicação, como dos “destempos” entre a lógica institucional da Universidade e a vida prática das comunidades.

O trabalho mais recente de Ismar Capistrano para o GP Comunicação para a Cidadania trata das plataformas digitais, algoritmos e a cidadania comunicativa. A ideia é a de que a cidadania na Internet só pode ser garantida com o acesso às plataformas digitais; e de como, por outro lado o universo das programações algorítmicas tem contribuído para bloquear a cidadania digital com a mineração de dados e a plataformização dos comportamentos. De antemão, Ismar indica que “a cidadania comunicativa, no atual ambiente digital, depende da garantia de acesso transparente e simétrico dos usuários nestas plataformas, da apropriação estratégica por meio de uma educação crítica para os meios e de uma regulação democrática que possibilite a participação social dos diversos atores sociais”.

4. Considerações Finais

A *cidadania comunicativa* é um conceito que veio sendo ampliado ao longo dos anos, partindo de observações sobre as rádios comunitárias e o audiovisual comunitário e popular no Brasil, passando por um modelo de rádios mais radical no contexto dos movimentos zapatistas do México, onde a linguagem, os modos de dizer e de se apropriar dos conteúdos seguem uma ordem bastante diversa das práticas institucionalmente influenciadas pelas dinâmicas das mídias hegemônicas, e chegando à uma ideia de

cidadania como apropriação ativa dos espaços e meios de comunicação popular. Ismar Capistrano define a *cidadania comunicativa* a partir de três pontos: o acesso, a participação e a apropriação dos meios e linguagens.

Se a cidadania se baseia no direito do cidadão a ter direitos para participar dos processos sociais, a cidadania comunicativa é ampliada no campo da apropriação ativa, inserindo linguagens, modos de fazer e dizer, formas de vínculo e interferência fundados nas mais diversas ordens de sociabilidade provindas da comunidade e do cotidiano. A cidadania é a possibilidade de formação de laços nos contextos sociais mais diversos possível.

Referências

COSTA FILHO, Ismar Capistrano. Plataformas digitais, algoritmos e cidadania comunicativa: o direito à comunicação na internet. In: **Anais do 45º Congresso Nacional da Intercom**, João Pessoa: UFPB, 2022.

_____. Educação libertadora para os meios: apropriações para a crítica e o diálogo. In: **Anais do 44º Congresso Nacional da Intercom**, São Paulo: Intercom, 2021.

_____. A Participação Social na Cidadania Comunicativa. In: **Anais do 43º Congresso Nacional da Intercom**, São Paulo: Intercom, 2020.

_____. Os Direitos do Receptor-Usuário na Cidadania Comunicativa. In: **Anais do 42º Congresso Nacional da Intercom**, Belém: UFPA, 2019.

_____. Sentidos da Autonomia Comunicativa da Radio Rebelde Zapatista. In: **Anais do 40º Congresso Nacional da Intercom**, Curitiba: Unicuritiba, 2017.

_____. Lógicas de Resistência das Rádios Comunitárias: as institucionalidades da emissora mexicana *Frecuencia Libre*. In: **Anais do XXXVIII Congresso Nacional da Intercom**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

_____. Dos vídeos populares da Tv Janela aos eventos culturais: o percurso da autoimagem à estima social no comunicacional. In: **Anais do XXXVI Congresso Nacional da Intercom**, Manaus: UFAM, 2013.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano e CAPISTRANO, Amanda Dias. A Assessoria de Comunicação como mediadora da Esfera Pública. In: **Anais do XXXII Congresso Nacional da Intercom**, Curitiba: Unipositivo, 2009.

DOWNING, John. **Mídia Radical**. São Paulo: Ed. Senac, 2001.